

Citação bibliográfica: Miyazaki, V. (2025). Cidades médias e o processo de aglomeração urbana: considerações a partir das dinâmicas demográficas recentes em realidades não metropolitanas do Brasil. *Ikara. Revista de Geografias Iberoamericanas*, (6). <https://doi.org/10.18239/Ikara.3639>

Cidades médias e o processo de aglomeração urbana: considerações a partir das dinâmicas demográficas recentes em realidades não metropolitanas do Brasil

Vitor Miyazaki*¹ 

Resumo: Este texto tem como objetivo suscitar o debate a respeito do processo de aglomeração urbana no âmbito das cidades médias. Para tanto, foi realizado um levantamento de informações junto a estudos e bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, bem como uma análise da evolução demográfica a partir do último período intercensitário (2010-2022). Os resultados apontam para aspectos importantes para as discussões sobre o tema, uma vez que evidencia uma tendência de aumento do ritmo de crescimento demográfico dos municípios menores que compõem as aglomerações em relação ao núcleo principal. Diante disso, é necessário se atentar para as transformações em curso, uma vez que impactam significativamente nas dinâmicas atreladas à continuidade territorial – das áreas urbanas – e espacial – quanto às interações espaciais. Tais aspectos revelam-se fundamentais para as análises e debates voltados à construção teórica e conceitual acerca das cidades médias, assim como para a compreensão das dinâmicas urbanas de Maringá, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, as quais são examinadas em profundidade no presente estudo.

Palavras-chave: produção do espaço urbano; evolução populacional; expansão territorial da cidade; rede urbana.

Ciudades intermedias y el proceso de aglomeración urbana: consideraciones a partir de las dinámicas demográficas recientes en realidades no metropolitanas de Brasil

Resumen: Este texto tiene como objetivo fomentar el debate sobre el proceso de aglomeración urbana en el ámbito de las ciudades intermedias. Para ello, se realizó un levantamiento de información a partir de estudios y bases de datos del Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística (IBGE), así como un análisis de la evolución demográfica durante el último período intercensal (2010-2022). Los resultados señalan aspectos relevantes para las discusiones sobre el tema, ya que evidencian una tendencia al aumento del ritmo de crecimiento demográfico de los municipios más pequeños que forman parte de las aglomeraciones, en comparación con el núcleo principal. En este sentido, es fundamental prestar atención a las transformaciones en curso, dado que impactan significativamente en las dinámicas asociadas a la continuidad territorial - de las áreas urbanas - y espacial - en relación con las interacciones espaciales. Estos aspectos resultan fundamentales para los análisis y debates orientados a la construcción teórica y conceptual sobre las ciudades intermedias, así como para la comprensión de las dinámicas urbanas de Maringá, Presidente Prudente y São José do Rio Preto, las cuales son examinadas en profundidad en el presente estudio.

¹ Universidade Federal de Uberlândia (Brasil). * Autor/a para la correspondencia: vitor.ufu@ufu.br

Fontes de financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (Processos n° 409691/2021-6 e n° 315474/2021-1).

 Esta obra está licenciada sob uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Palabras clave: producción del espacio urbano; evolución poblacional; expansión territorial de la ciudad; red urbana.

Intermediate cities and the process of urban agglomeration: considerations based on recent demographic dynamics in non-metropolitan contexts in Brazil

Abstract: This text aims to foster debate on the process of urban agglomeration within the context of intermediate cities. To this end, data and studies from the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) were examined, alongside an analysis of demographic trends based on the most recent intercensal period (2010-2022). The findings highlight significant aspects for discussions on the topic, as they reveal a trend of accelerated demographic growth in smaller municipalities within agglomerations compared to the main core. In light of this, it is crucial to pay attention to the ongoing transformations, as they significantly impact dynamics related to both territorial continuity - of urban areas - and spatial - related to spatial interactions. These aspects are essential for analyses and discussions aimed at the theoretical and conceptual construction concerning medium-sized cities, as well as for understanding the urban dynamics of Maringá, Presidente Prudente, and São José do Rio Preto, which are examined in depth in the present study.

Key words: production of urban space; demographic evolution; urban territorial expansion; urban network.



1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, muito tem se falado a respeito do crescimento expressivo das cidades médias no âmbito da rede urbana brasileira. Recentemente, com a divulgação dos resultados preliminares do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse tema foi retomado e voltou a ocupar posição de destaque, inclusive sendo amplamente repercutido pelos meios de comunicação.

Porém, é preciso cautela na leitura e exame destes dados, uma vez que é necessária uma interpretação crítica das dinâmicas em curso no âmbito da urbanização brasileira, sobretudo quando se consideram os fenômenos relativos à intensificação das interações espaciais e da conformação de continuidades territoriais entre as cidades, ou seja, a configuração do processo de aglomeração urbana. Neste aspecto, é importante destacar o contexto das cidades médias que, em algumas situações, diante da intensificação dos processos ligados à expansão territorial e a conformação de interações espaciais, passam a configurar aglomerações urbanas contemplando municípios vizinhos.

Neste texto compreendemos a aglomeração urbana como um processo que leva à forte articulação entre áreas urbanas de diferentes unidades político-administrativas, seja por meio da continuidade territorial (no âmbito da área urbanizada) quanto espacial (por meio das interações espaciais). Consideramos que tal processo, muito evidente nas grandes cidades e metrópoles, também se faz presentes cada vez mais nos centros de menor porte, fora das realidades metropolitanas, contemplando inclusive algumas cidades médias.

Sendo assim, o objetivo deste texto é analisar o processo de aglomeração urbana, tendo em vista três cidades médias brasileiras: Maringá, situada no estado do Paraná; e São José do Rio Preto e Presidente Prudente, ambos localizados no estado de São Paulo. A análise se pautou em informações disponibilizadas por estudos técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como os dados populacionais dos dois últimos censos demográficos. Embora as informações populacionais, por si só, não sejam suficientes para compreender plenamente o processo de aglomeração urbana, elas foram adotadas como ponto de partida para a análise, complementadas pela leitura das áreas urbanizadas, também disponibilizadas pelo IBGE. Ressalta-se ainda que, para o aprofundamento da investigação, a incorporação de outras variáveis no futuro será relevante para melhor qualificar o estudo destas aglomerações urbanas, sobretudo quando novas informações do censo forem disponibilizadas.

Feita esta contextualização inicial, este texto está organizado em três partes principais. Além desta breve introdução, na primeira parte apresentamos algumas reflexões com base numa discussão teórica a respeito do processo de aglomeração urbana no âmbito da intensificação da urbanização, com foco nas cidades médias. Na segunda parte enfocamos a análise dos resultados, tendo em vista a caracterização das aglomerações urbanas e a evolução demográfica no último período intercensitário. Por fim, apontamos alguns aspectos centrais a partir dos resultados expostos, tendo em vista algumas tendências no âmbito das aglomerações urbanas e das cidades médias analisadas.

2. AGLOMERAÇÃO URBANA E CIDADES MÉDIAS

A divulgação recente dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 pelo IBGE tem lançado muitas hipóteses e levantado muitos debates e análises a respeito da dinâmica demográfica no país. O tema relativo ao crescimento expressivo das cidades de porte médio, por exemplo, sobretudo aqueles que se situam no patamar demográfico de 100.000 a 500.000 habitantes, tem sido retomado e destacado, inclusive a partir dos meios de comunicação. Porém, é preciso cautela na interpretação destes dados, contemplando um olhar crítico que considere a complexidade do conjunto das dinâmicas da urbanização brasileira.

Rodrigues e Ribeiro (2023), por exemplo, destacam que é necessário cuidado ao se analisar estes dados, uma vez que a faixa de 100.000 a 500.000 habitantes, por exemplo, contempla muitas cidades inseridas em áreas metropolitanas. Ou seja, em alguns casos, não se observou crescimento demográfico na grande cidade que atua como núcleo da aglomeração; no entanto, seu entorno metropolitano, formado por cidades de porte médio, apresentou expansão populacional.

Para este texto, o foco está nas cidades de porte médio, porém, somente naquelas que desempenham funções urbanas regionais relevantes, inseridas em realidades não-metropolitanas, ou seja, as cidades médias. É neste contexto que Melazzo (2023) demonstrou a expressividade do crescimento populacional neste último período intercensitário nos municípios entre 100.000 a 500.000 habitantes, destacando-se o caso das cidades médias, uma vez que elas apresentam papel muito importante na produção e no consumo do território brasileiro.

Contudo, as discussões a respeito da dinâmica demográfica no último período intercensitário, bem como a conformação de aglomerações urbanas também polarizadas por cidades médias, suscitaram indagações substanciais a respeito desta temática. Por exemplo, como tem se comportado a dinâmica demográfica no âmbito das aglomerações urbanas polarizadas por cidades médias?

Sendo assim, torna-se necessário inicialmente contextualizar o tema da aglomeração urbana. Isto porque, no âmbito da intensificação do processo de urbanização, sobretudo a partir da segunda metade do século XX no contexto brasileiro, nota-se que cada vez mais cidades são marcadas por uma morfologia mais complexa, caracterizada por formas urbanas dispersas e descontínuas, porém, integradas e fortemente articuladas por fluxos, como no caso dos deslocamentos cotidianos de pessoas.

Neste texto compreendemos a aglomeração urbana no âmbito da intensificação do processo de urbanização, uma vez que, com a expansão territorial das cidades e a ampliação das interações espaciais, muitas áreas urbanas pertencentes a municípios diferentes passam a se integrar e articular cada vez mais. Neste processo, passamos a verificar a continuidade territorial das áreas urbanas pertencentes a diferentes unidades político-administrativas, conforme já elucidado por Miyazaki (2017). Assim, compreender a dinâmica urbana de uma única cidade torna-se insuficiente, uma vez que a articulação de centros urbanos demanda uma abordagem que contemple o conjunto das áreas urbanas enquanto fenômeno urbano único.

Vale lembrar que essa perspectiva de analisar o conjunto de cidades que configuram uma aglomeração não se constitui em uma abordagem nova ou somente decorrente das transformações recentes na urbanização. Beaujeu-Garnier e Chabot (1970), por exemplo, observando o cenário europeu do início da década de 1960, já destacaram que “los problemas urbanos se plantean actualmente a escala regional”. Santos (1996), por sua vez, contribui nesta discussão quando chama atenção para o fato de que não podemos estudar isoladamente uma cidade, pois, na verdade, “a unidade de estudo é a rede urbana” (Santos, 1996,

p. 81). Na mesma direção, Souza (2003, p. 50) também reforça este entendimento ao afirmar que “nenhuma cidade existe totalmente isolada, sem trocar informação e bens com o mundo exterior”.

Ou seja, no contexto da trajetória dos estudos urbanos, tem-se evidente de que a análise integrada entre diferentes centros urbanos é necessária. Ainda, no âmbito dos estudos urbanos, é incontestável a delimitação das duas escalas tradicionais de análise da Geografia urbana: a da cidade (ou espaço intraurbano) e a da rede urbana, sendo que houve, ao longo do tempo, um esforço em articulá-las.

Porém, diante das dinâmicas contemporâneas resultantes da intensificação do processo de urbanização, para além destas duas escalas, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de se considerar uma escala “intermediária”, situada entre elas, ou melhor, que combinam dinâmicas e processos verificados tanto no âmbito da rede quanto da cidade. Neste aspecto, Corrêa (2007, p.3) esclarece que entre estas duas escalas, da rede urbana e da cidade, “é possível identificar uma outra na qual o espaço urbano transforma-se em importante segmento da rede urbana ou, em outras palavras, parte da rede urbana assume a forma de espaço urbano”. Conforme o autor, esta escala intermediária “leva a pensar a urbanização por meio de formas espaciais como a megalópole, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e conurbações, eixos urbanizados e, quem sabe, a ‘cidade-dispersa’” (Corrêa, 2007, p. 13).

Dependendo dos ritmos do processo de urbanização, bem como das características específicas de cada formação socioespacial, esta “escala intermediária” se torna cada vez mais evidente no que se refere às dinâmicas urbanas, a partir da configuração de aglomerações urbanas, inclusive em contextos não-metropolitanos. No que se refere à perspectiva político-administrativa, observa-se cada vez mais o “transbordamento” dos processos sociais e econômicos em relação aos limites municipais, conforme evidenciado por Villaça (2003). Para o autor, “o município não é mais a unidade territorial adequada para enquadrar o fenômeno urbano” (Villaça, 2003, p. 713).

Tendo em vista este aspecto, ressalta-se que no processo de aglomeração urbana, os fenômenos e processos ultrapassam os limites político-administrativos, configurando-se em uma escala mais ampla. Assim, tendo em vista a articulação de escalas da esfera político-administrativa (bairros, municípios, unidades da federação etc.), as ações de planejamento e gestão urbanos se tornam mais complexas, necessitando de iniciativas integradas e consorciadas por parte do poder público.

Ainda, considerando-se o aspecto teórico e conceitual, este cenário de constituição de aglomerações urbanas demanda uma maior articulação entre os processos (ligado à urbanização) e as formas (a cidade). Para Sposito (2004, p. 10), o “par urbanização–cidade mantém-se como expressão de uma relação intrínseca e indissociável”, mas que agora passa por transformações no que diz respeito à tendência de concentração. Diante das mudanças contemporâneas no processo de urbanização, principalmente em relação à expansão territorial descontínua e pela intensificação das interações espaciais, a conexão entre processo e forma se modifica. Neste aspecto, Sposito (2001) destaca que:

O que se coloca como desafio para os pesquisadores é apreender a natureza dessa relação (cidade-urbanização), no mundo contemporâneo, quando já não temos mais a cidade como unidade espacial, como territorialidade contínua, como morfologia integrada, e, portanto, quando as relações entre cidade e seu conteúdo não se expressam, de forma clara, através de formas espaciais que possam ser facilmente distinguidas daquelas que definem a morfologia rural (Sposito, 2001, p. 84).

Tendo em vista este cenário de mudanças relevantes no âmbito da urbanização, a escala intermediária, particularmente da aglomeração urbana, torna-se uma perspectiva relevante e fundamental para os estudos urbanos. Conforme já exposto anteriormente, o processo de produção do espaço urbano não se restringe aos limites político-administrativos, pois os interesses e as estratégias dos diferentes agentes perpassam as diferentes escalas geográficas. Uma ação qualquer destes agentes em determinado município pode gerar impactos na escala interurbana, assim como na estruturação do espaço interno de determinada cidade.

Muitos autores contribuíram para reforçar a superação dos limites político-administrativos pelas diferentes dinâmicas urbanas, seja por meio da expansão territorial da cidade quanto pela integração configurada a partir de deslocamentos cotidianos.

Lévy e Lussault (2003, p. 46), em *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*, destacam que:

Les limites paysagères des agglomérations correspondent rarement aux limites abstraites des circonscriptions administratives: la plupart des agglomérations n'occupent qu'une partie de leur commune, mais un grand nombre d'entre elles s'étendent sur plusieurs communes ou parties de communes.

Este entendimento reforça que a aglomeração urbana supera os limites político-administrativos. Em outro dicionário, elaborado por Merlin e Choay (1988), as transformações no processo de urbanização e o papel dos transportes são destacados no entendimento do processo de aglomeração:

L'apparition, dans la nomenclature urbaine, du terme d'agglomération traduit les transformations profondes qui sont liées à l'urbanisation généralisée, au développement des transports modernes et à l'apparition de centres commerciaux ou de centres directionnels à la périphérie des cités les plus importantes (Merlin e Choay, 1988: 18).

Para os autores, o desenvolvimento dos sistemas de transporte, bem como o surgimento de novas centralidades comerciais para além do centro tradicional, contribuíram para a conformação das aglomerações urbanas.

Assim, as transformações resultantes das dinâmicas atreladas ao crescimento populacional e expansão territorial, além do desenvolvimento de técnicas que permitiram uma maior dispersão da cidade, contribuíram para a junção de áreas urbanas de municípios distintos.

Além disso, vale ressaltar que essa junção ou articulação de cidades não ocorre somente por meio da continuidade territorial do tecido urbano, pois a integração possibilitada pelas interações espaciais, como no caso dos deslocamentos pendulares, também conforma uma aglomeração urbana, mesmo em situações em que não há aproximação das áreas urbanas.

Para Ultramari e Moura (1994, p. 125), a aglomeração também “representa o espaço de comutação diária entre cidades, isto é, o desenvolvimento de relações interdependentes entre duas ou mais áreas urbanas, compondo um fenômeno único”. Esta comutação diária entre as cidades demonstra como os fluxos, sobretudo de deslocamentos pendulares, são relevantes na configuração de uma aglomeração urbana. Estas interações que se estruturam entre as cidades de uma aglomeração constitui a situação que Villaça (2001) denominou como intensa vinculação socioeconômica.

Esta comutação ou vinculação, referente à integração entre as áreas urbanas de uma aglomeração, se refere aos deslocamentos de pessoas (ligados aos percursos entre casa-trabalho, casa-lazer, casa-compras etc.), de mercadorias, de informações (telefone, e internet), entre outros, que, em decorrência da maior proximidade e integração, tornam-se mais intensos e expressivos. Inclusive, no caso das aglomerações urbanas polarizadas por cidades médias, a continuidade espacial (integração por meio dos fluxos) é tão ou até mesmo mais relevante do que a própria continuidade territorial, fato pertinente em uma fase em que a expansão territorial é marcada muito mais pela dispersão e descontinuidades.

Em linhas gerais, ressaltamos que a aglomeração urbana pode se constituir com ou sem continuidade do tecido urbano. Conforme já destacado por Miyazaki e Whitacker (2005) e Miyazaki (2008 e 2017), a expansão territorial da cidade e a conformação de continuidades entre as áreas urbanas constitui-se em um elemento importante no processo de aglomeração, mas não o único. As interações espaciais, compreendidas a partir da intensificação de determinados fluxos, sobretudo de deslocamentos pendulares, podem articular um conjunto de centros urbanos, configurando assim uma aglomeração territorialmente descontínua do ponto de vista de suas áreas urbanas.

Sobre o assunto, Ultramari e Moura (1994, p. 128), consideram a contiguidade da mancha de ocupação, num primeiro momento, como característica ligada à extrapolação de fronteiras administrativas, com o espraiamento da ocupação de uma cidade polo sobre mais de um município. Já Lévy e Lussault (2003) diferenciam os termos continuidade e contiguidade, ao afirmarem que a “continuité” diz respeito à característica de um espaço único, sem lacunas, enquanto que a “contigüité” se refere a uma situação de proximidade.

Sposito (2004), por sua vez, oferece contribuição importante neste debate ao diferenciar a continuidade territorial da continuidade espacial. Para a autora, a continuidade espacial ocorre mesmo sem uma continuidade territorial, uma vez que a primeira compreende as inter-relações e os fluxos, ou seja, a integração espacial. Já a continuidade territorial diz respeito às áreas urbanas, ao tecido urbano.

[...] muitas vezes, a descontinuidade territorial é possível porque a continuidade espacial se fortalece por meio de ampliação de infraestruturas de circulação e comunicação (sistema viário, sistema de fornecimento de água ou captação de esgotos, redes de telefonia, televisão e internet etc.) e pela difusão do acesso aos equipamentos que possibilitam os deslocamentos e os contatos (veículos automotivos, antenas, microcomputadores etc.) (Sposito, 2004, p. 204).

Para esta análise, a abordagem apresentada por Sposito (2004) configura-se em uma diferenciação mais clara e adequada para a discussão sobre aglomeração, uma vez que se atenta à adjetivação do termo contínuo: espacial (referindo-se às interações que se dão pela circulação e pelos deslocamentos) ou territorial (tratando da expansão do tecido urbano).

Essas considerações são relevantes para o estudo do processo de aglomeração urbana, uma vez que no âmbito da produção do espaço urbano, muitas vezes a atuação dos agentes sociais, por meio de seus interesses e estratégias, levam, por exemplo, a uma expansão territorial dispersa e caracterizada por vazios urbanos, gerando descontinuidades territoriais. Tal aspecto ganha relevância no período contemporâneo da urbanização, uma vez que se constata, cada vez mais, a conformação de morfologias descontínuas territorialmente. Para Sposito (2001, p. 85), essa:

nova morfologia está marcada por um padrão de desconcentração territorial que não pode ser compreendido como negação da aglomeração, mas como condição e expressão de novas lógicas de localização, que engendram novas práticas sociais e que se realizam redesenhando essa nova morfologia.

Tem-se, portanto, uma contradição: de um lado, a tendência de concentração, tendo em vista a conformação do processo de aglomeração urbana, considerando-se a aproximação e/ou junção de áreas urbanas de distintas unidades político-administrativas; de outro, uma tendência à dispersão do tecido urbano, por meio da produção de descontinuidades territoriais no âmbito da expansão da cidade. Ou seja, verifica-se uma tendência à continuidade territorial das áreas urbanas, no âmbito da aglomeração, e, ao mesmo tempo, a conformação de muitas descontinuidades, no escopo da dispersão territorial e produção de espaços com baixa densidade.

Tendo em vista esta compreensão a respeito do processo de aglomeração urbana, destacamos, neste texto, a necessidade de se examinar também o contexto de algumas cidades médias. Isto porque a continuidade territorial de áreas urbanas ou mesmo a integração por meio da continuidade espacial tornam-se cada vez mais expressivas em cidades situadas fora dos contextos metropolitanos e das grandes cidades brasileiras. Vale lembrar ainda o destaque que as cidades médias têm adquirido a partir dos resultados do último censo demográfico. Recentemente, o professor Everaldo Melazzo concedeu uma entrevista ao *Jornal da Unesp* (Jorge, 2023) em que também enfatiza, a partir dos resultados iniciais do Censo Demográfico de 2022, que algumas cidades médias “têm um alcance territorial no seu entorno que abastece todos esses comércios e serviços que não são encontradas nas cidades pequenas” (Melazzo, 2023, sem paginação). Ainda para o professor, estas cidades médias possuem “municípios satélites que produzem, consomem, se deslocam por diversos motivos de uma cidade para outra” (Melazzo, 2023, sem paginação), demonstrando as interações espaciais que caracterizam o processo de aglomeração urbana. Ao mesmo tempo, o incremento demográfico verificado nestas cidades médias ao longo das últimas décadas tem relação e impacta significativamente na produção do espaço urbano, com desdobramento na expansão territorial e dispersão do tecido urbano.

Ainda, é importante ressaltar que as aglomerações urbanas que se configuram a partir de cidades médias podem apresentar semelhanças, mas também particularidades e diferenças significativas em relação às grandes cidades e metrópoles. É por isso que neste texto analisaremos, a seguir, a realidade das cidades de Maringá,

desenvolvessem com certa proximidade entre eles. Pode-se mencionar, por exemplo, a criação de estações ao longo dos eixos ferroviários no oeste paulista – no âmbito do processo de expansão da produção cafeeira no início do século XX, assim como o planejamento na organização e comercialização das terras no norte do Paraná, que previu uma cidade a cada vinte quilômetros aproximadamente (Deffontaines, 2004).

Estas características contribuíram para que, com a intensificação do processo de urbanização, houvesse a configuração de aglomerações urbanas, seja por meio da tendência à continuidade territorial das áreas urbanas quanto pela intensificação das interações espaciais estabelecidas entre os centros urbanos mais próximos.

Por isso, trata-se de três cidades com certas peculiaridades, não representando a variedade de cidades inseridas nos mais diversos contextos regionais do país. De qualquer forma, o objetivo desta análise é enfatizar o processo de aglomeração urbana e, para esta finalidade, estas três cidades apresentam elementos relevantes.

O IBGE, por meio do estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil (IBGE, 2016), apresentou recortes territoriais definidos a partir do agrupamento de municípios segundo critérios de integração, medido pelos movimentos pendulares e pela continuidade territorial urbana. Para o referido estudo, um “arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais” (IBGE, 2016, p. 22).

Por meio deste estudo, O IBGE identificou 294 arranjos populacionais no Brasil, sendo que 78 destes são considerados de média concentração urbana, apresentando uma população que varia de 100.000 a 750.000 habitantes, geralmente polarizadas por cidades médias. Maringá, Presidente Prudente e São José do Rio Preto configuram arranjos populacionais de média concentração urbana (Tabla 1).

Nestes três arranjos populacionais constata-se que existem fluxos de deslocamentos entre municípios com um índice de integração expressivo (acima de 0,34), sendo eles Ipiguá para São José do Rio Preto (0,41, com 1.182 pessoas se deslocando), Sarandi com Maringá (0,40, com 24.213 pessoas se deslocando) e Álvares Machado com Presidente Prudente (0,35, com 5.891 pessoas se deslocando). Neste aspecto, vale lembrar que este índice de integração, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), constitui-se em uma mensuração de intensidade relativa dos movimentos pendulares para trabalho e estudo, para cada município, sendo que os valores mais expressivos devem ser iguais ou superiores a 0,17. Diante dos valores mencionados, nota-se que a continuidade espacial, por meio dos deslocamentos pendulares, apresenta expressividade dentro de cada um dos arranjos populacionais, sobretudo quando se consideram os municípios mais próximos do entorno. Vale ressaltar que os exemplos aqui citados se referem apenas aos principais fluxos de deslocamentos, uma vez que tal processo se faz presente também em todos os demais municípios que compõem cada um dos arranjos populacionais. Assim, esta proposta dos arranjos populacionais aproxima-se do conceito de aglomeração urbana, conforme discutido no item anterior. A intensidade dos deslocamentos mais frequentes delimita um recorte que contempla apenas uma parte dos municípios da área de influência da cidade média, contemplando geralmente aqueles mais próximos e integrados pelas principais vias de circulação.

No que se refere à continuidade territorial da área urbana, nem todos os municípios apresentam tal característica num aspecto mais consolidado, sendo que, em alguns casos, se verifica apenas uma tendência neste sentido. Conforme mencionado anteriormente, trata-se de uma tendência contraditória de concentração e dispersão no âmbito da aglomeração urbana. Nas figuras a seguir, com base no mapeamento das áreas urbanizadas realizado pelo IBGE para os anos de 2015 e 2019, é possível visualizar a evolução temporal do crescimento da área urbana entre estes dois anos. Ainda que o intervalo considerado não corresponda exatamente ao período intercensitário dos dados demográficos, trata-se do recorte temporal para o qual o IBGE disponibiliza informações sistematizadas quanto ao mapeamento das áreas urbanas no país. Além disso, embora se refira um intervalo de apenas quatro anos, já auxilia na compreensão das dinâmicas relativas à expansão destas cidades. Ressalta-se ainda que as figuras a seguir evidenciam um processo mais expressivo de continuidade territorial entre as áreas urbanas do núcleo do arranjo com as cidades vizinhas de seu entorno imediato, sobretudo ao longo das principais vias de circulação.

Tabela 1. *Composição dos arranjos populacionais de Maringá, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, 2010-2022*

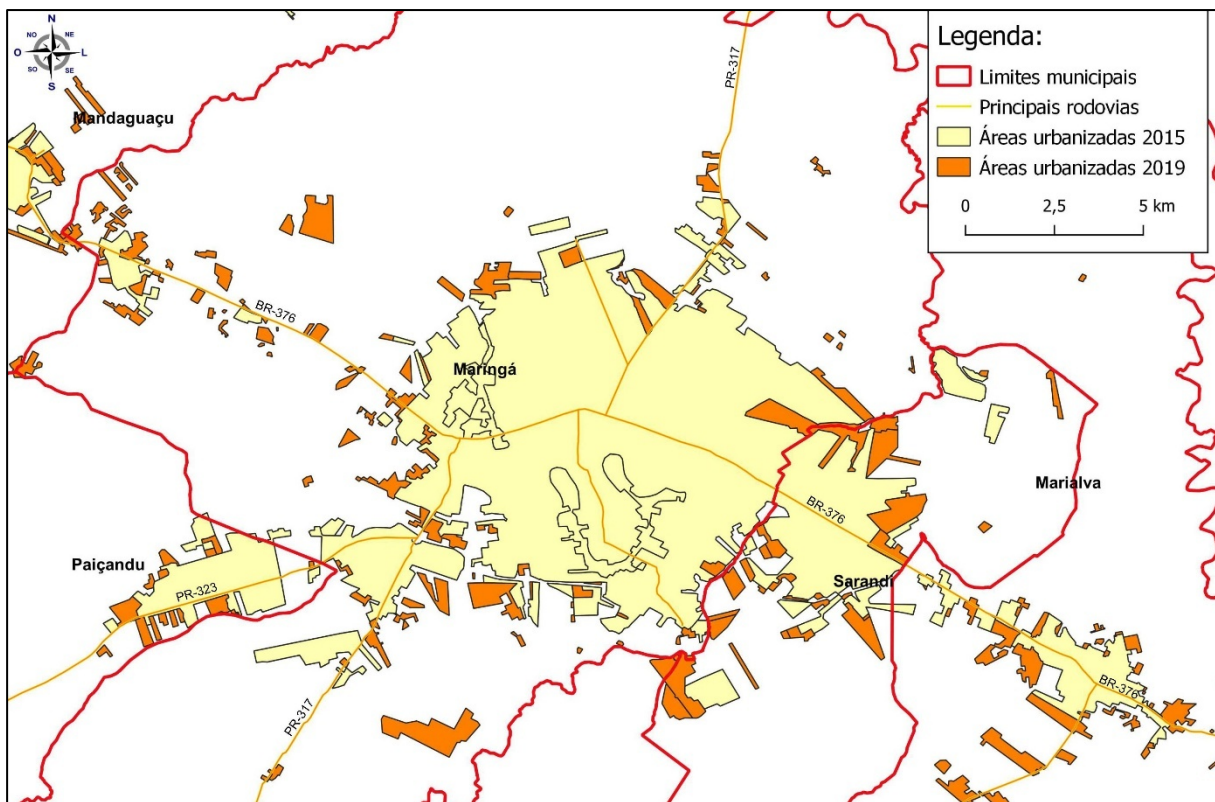
Arranjo Populacional	Município (estado)	População (hab.)		Taxa geom. de crescimento populacional
		2010	2022	
Maringá	Maringá (PR)	357.077	409.657	1,15
	Floresta (PR)	5.931	10.458	4,84
	Iguaraçu (PR)	3.982	5.338	2,47
	Itambé (PR)	5.979	6.111	0,18
	Mandaguacu (PR)	19.781	31.457	3,94
	Marialva (PR)	31.959	41.851	2,27
	Ourizona (PR)	3.380	3.187	-0,49
	Paçandu (PR)	35.936	45.962	2,07
	Presidente Castelo Branco (PR)	4.784	4.336	-0,82
	Sarandi (PR)	82.847	118.455	3,02
	<i>Total:</i>	<i>551.656</i>	<i>676.812</i>	<i>1,72</i>
	<i>Percentual da população no núcleo</i>	<i>64,73</i>	<i>60,53</i>	
Presidente Prudente	Presidente Prudente (SP)	207.610	225.668	0,70
	Alfredo Marcondes (SP)	3.891	4.445	1,12
	Álvares Machado (SP)	23.513	27.245	1,24
	Anhumas (SP)	3.738	4.023	0,61
	Caiabu (SP)	4.072	3.712	-0,77
	Emilianópolis (SP)	3.020	3.014	-0,02
	Indiana (SP)	4.825	5.090	0,45
	Presidente Bernardes (SP)	13.570	14.490	0,55
	Regente Feijó (SP)	18.494	20.145	0,72
	Santo Expedito (SP)	2.803	3.000	0,57
	Taciba (SP)	5.714	6.260	0,76
	Tarabai (SP)	6.607	6.536	-0,09
	<i>Total:</i>	<i>297.857</i>	<i>323.628</i>	<i>0,69</i>
	<i>Percentual da população no núcleo</i>	<i>69,70</i>	<i>69,73</i>	
São José do Rio Preto	São José do Rio Preto (SP)	408.258	480.439	1,37
	Bady Bassitt (SP)	14.603	27.260	5,34
	Bálsamo (SP)	8.160	9.596	1,36
	Cedral (SP)	7.972	12.618	3,90
	Guapiaçu (SP)	17.869	21.711	1,64
	Ipirá (SP)	4.463	6.761	3,52
	Jaci (SP)	5.657	7.613	2,51
	Mirassol (SP)	53.792	63.337	1,37
	Mirassolândia (SP)	4.295	4.669	0,70
	Neves Paulista (SP)	8.772	9.690	0,83
	Nova Aliança (SP)	5.891	6.693	1,07
	Uchoa (SP)	9.471	10.394	0,78
	<i>Total:</i>	<i>549.203</i>	<i>660.781</i>	<i>1,55</i>
	<i>Percentual da população no núcleo</i>	<i>74,34</i>	<i>72,71</i>	

Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2010, 2016, 2023).

No caso de Maringá (Figura 2), num primeiro nível, a continuidade territorial é mais expressiva no sentido leste-oeste, ao longo da rodovia BR-376, interligando as áreas urbanas de Paçandu, Maringá e Sarandi. Vale lembrar que se trata do agrupamento de municípios constituído a partir do alinhamento das antigas estações ferroviárias planejadas no âmbito do projeto de ocupação e comercialização das terras na região norte do Paraná. Já num segundo nível, uma tendência à conformação de continuidade territorial se verifica também neste eixo, em direção à leste, contemplando o município de Marialva e, para noroeste, no sentido do município de Mandaguacu. Ao se analisar a evolução da expansão entre 2015 e 2019, destacam-se as áreas situadas ao longo das principais vias de circulação, notadamente no eixo da BR-376 entre as áreas urbanas de Marialva e Mandaguacu, passando por Sarandi e Maringá. Para além destes eixos rodoviários,

destacam-se também as áreas periféricas dos centros urbanos que constituem a aglomeração, com destaque para Maringá e Sarandi

Figura 2. Maringá-PR: continuidade territorial das áreas urbanas

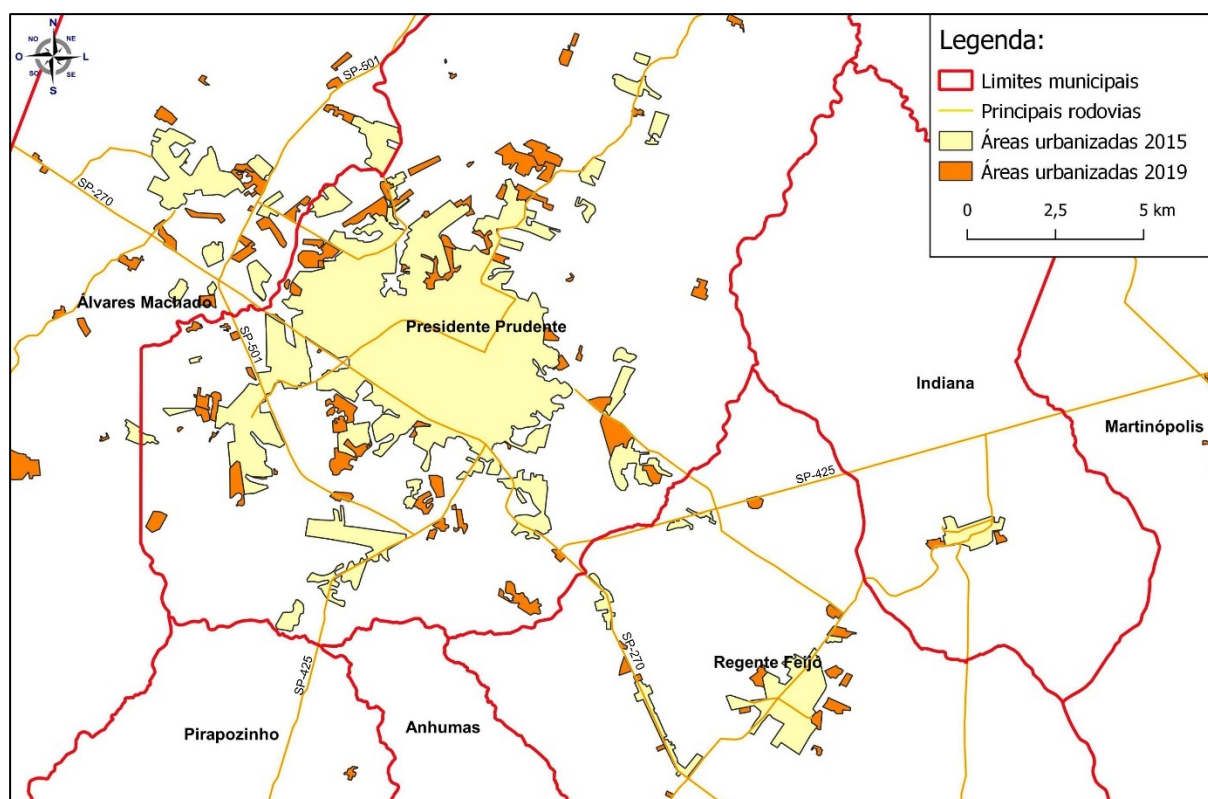


Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2015, 2019).

Em Presidente Prudente (Figura 3) verifica-se uma continuidade territorial entre as áreas urbanas dos municípios de Presidente Prudente e Álvares Machado, onde a produção de novos loteamentos se intensificou a partir da década de 1990 e início dos anos 2000. Num segundo nível, nota-se também uma tendência à conformação de continuidade territorial no sentido leste, em direção ao município de Regente Feijó, ao longo das principais vias de circulação, como a rodovia SP-270, por exemplo. Neste eixo, inclui-se também o distrito de Espigão e o Distrito Industrial, ambos pertencentes ao município de Regente Feijó, que também contribuem para a conformação de uma tendência à continuidade territorial das áreas urbanas. Neste caso da aglomeração de Presidente Prudente, trata-se também de um eixo que se constituiu a partir do antigo traçado ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana e que, posteriormente, se consolidou com a implantação da infraestrutura rodoviária.

Já em São José do Rio Preto (Figura 4), por sua vez, a continuidade territorial está mais evidente à oeste, em direção à Mirassol, e à leste, no sentido do município de Cedral, ao longo da rodovia SP-310, também relativo ao eixo da ferrovia Araraquara. Porém, no caso desta aglomeração urbana, nota-se também uma tendência mais expressiva de continuidade territorial em outras direções: como para o sentido sudoeste, em direção ao município de Bady Bassitt, principalmente ao longo da BR-153; para nordeste, ao longo do eixo da rodovia SP-425, em direção ao município de Guapiaçu; e, num nível menos intenso, para norte, em direção à Ipiranga, na continuidade do eixo rodoviário da BR-153. Na realidade, neste caso de São José do Rio Preto, é possível observar uma dispersão territorial mais expressiva do núcleo da aglomeração, caracterizada por uma expansão marcada pela conformação de muitas discontinuidades territoriais em direção aos limites político-administrativos municipais.

Figura 3. *Presidente Prudente-SP: continuidade territorial das áreas urbanas*



Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2015, 2019).

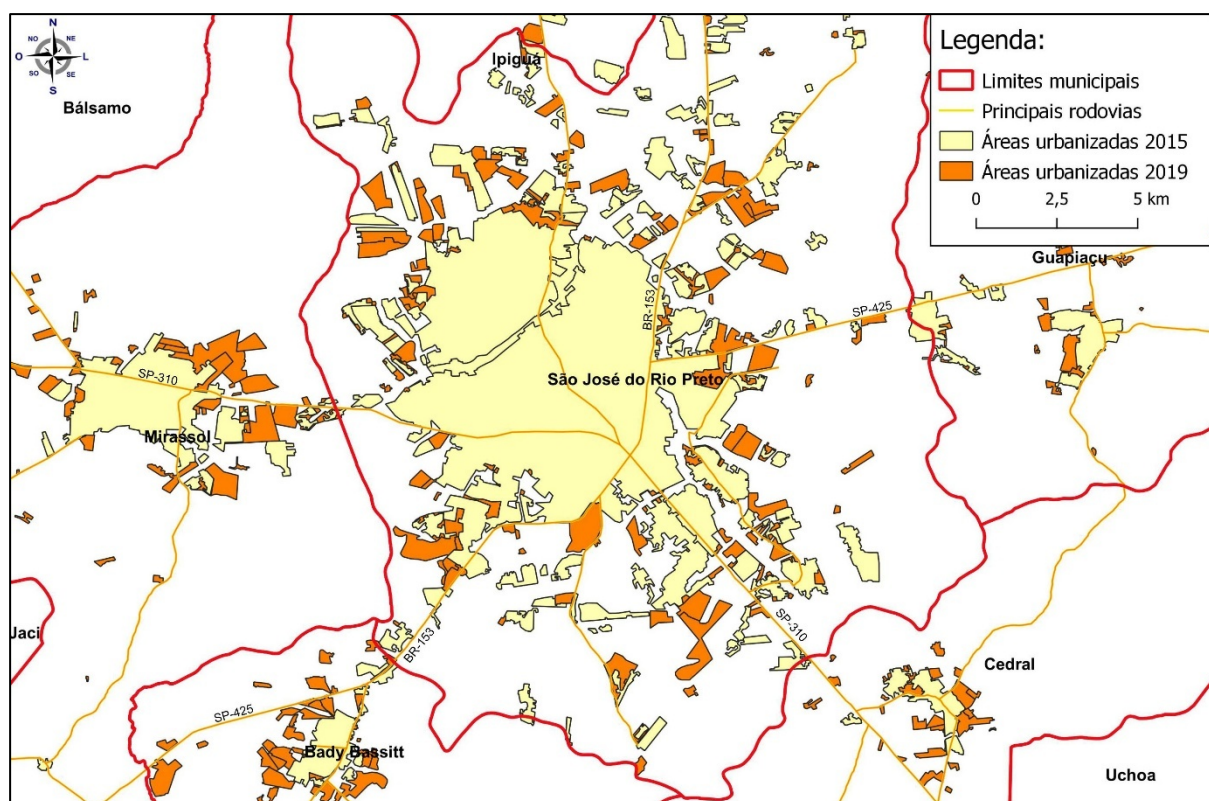
Quando recorremos a estudos já realizados a respeito destas cidades, fica evidente que tem havido uma expansão territorial significativa ao longo das últimas décadas, levando à intensificação da conformação ou tendência de continuidade territorial entre as áreas urbanas. Porém, enquanto por muitas décadas tenha se verificado um processo de expansão liderada predominantemente a partir do núcleo principal da aglomeração, mais recentemente nota-se também um crescimento expressivo nas áreas urbanas do entorno, a partir dos municípios menores.

Ao se considerar estas três aglomerações urbanas, podemos citar, a título de exemplo, a produção expressiva de conjuntos habitacionais em Sarandi (Silva & Silva, 2015) ou a expansão dos espaços residenciais fechados de alto padrão em Álvares Machado (Silva, 2023). Estes dois trabalhos demonstram dois perfis distintos do ponto de vista socioeconômico e do perfil dos empreendimentos que têm caracterizado esse processo de expansão nas áreas urbanas situadas fora do núcleo principal da aglomeração.

Ainda assim, vale lembrar que são dinâmicas de crescimento bem menos intensos e expressivos do que é verificado nas cidades principais, uma vez que estas cidades médias têm mantido seus ritmos de expansão por meio de novos empreendimentos imobiliários. De qualquer forma, o aumento verificado nas cidades menores do entorno do núcleo principal se apresenta como representativo no contexto de suas realidades locais.

No sentido de tentar elucidar este aumento representativo da participação das cidades mais próximas ao núcleo, nas figuras a seguir (Figuras 5, 6 e 7), com base nos resultados dos dois últimos censos demográficos (2010 e 2022), apresentamos a variação demográfica ocorrida no período tendo em vista a taxa geométrica de crescimento anual – TGCA da população dos municípios. Ressaltamos, portanto, que os dados não se referem ao quantitativo populacional urbano, mas sim de todo o município, uma vez que o IBGE ainda não divulgou tais informações até o momento. Embora sejam dados demográficos municipais, estes são representativos, uma vez que a taxa de urbanização é elevada nos municípios em questão, conforme já evidenciado no levantamento censitário de 2010.

Figura 4. São José do Rio Preto-SP: continuidade territorial das áreas urbanas



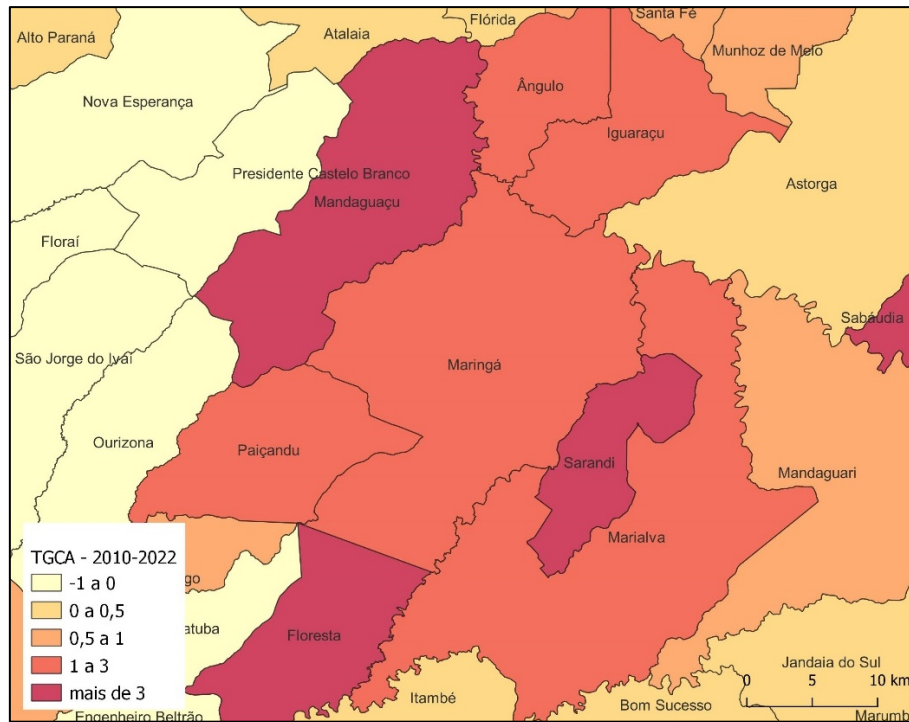
Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2015, 2019).

Ao se observar o ritmo de acréscimo demográfico nestas aglomerações urbanas, é nítido que as maiores taxas são verificadas nos municípios situados no entorno imediato do núcleo principal. Em Maringá (Figura 5) e em São José do Rio Preto (Figura 6) este aspecto é ainda mais evidente, embora em Presidente Prudente (Figura 7) tal característica aconteça em um ritmo menor. De qualquer forma, o ritmo de incremento populacional em Sarandi, Mandaguáçu e Floresta, por exemplo, tem sido maior do que em Maringá; Álvares Machado também supera Presidente Prudente; Bady Bassitt, Cedral e Ipiguá também apresentam maior crescimento que São José do Rio Preto. A análise das figuras referentes ao entorno de cada uma dessas cidades médias revela que os ritmos mais intensos de aumento demográfico concentraram-se nos municípios limítrofes, localizados em suas áreas de influência imediata e, em muitos casos, conectados por uma ou mais vias rodoviárias de grande relevância.

Ainda que apenas esta variável demográfica não seja suficiente para respaldar uma análise mais ampla a respeito destas aglomerações urbanas, trata-se de um ponto de partida importante para compreender os diferentes processos em curso. Conforme já mencionado, verifica-se cada vez mais transformações relevantes nas realidades urbanas em análise, seja na expressiva expansão de conjuntos habitacionais no entorno metropolitano de Maringá, ou na implantação significativa de espaços residenciais fechados em Álvares Machado e Bady Bassitt.

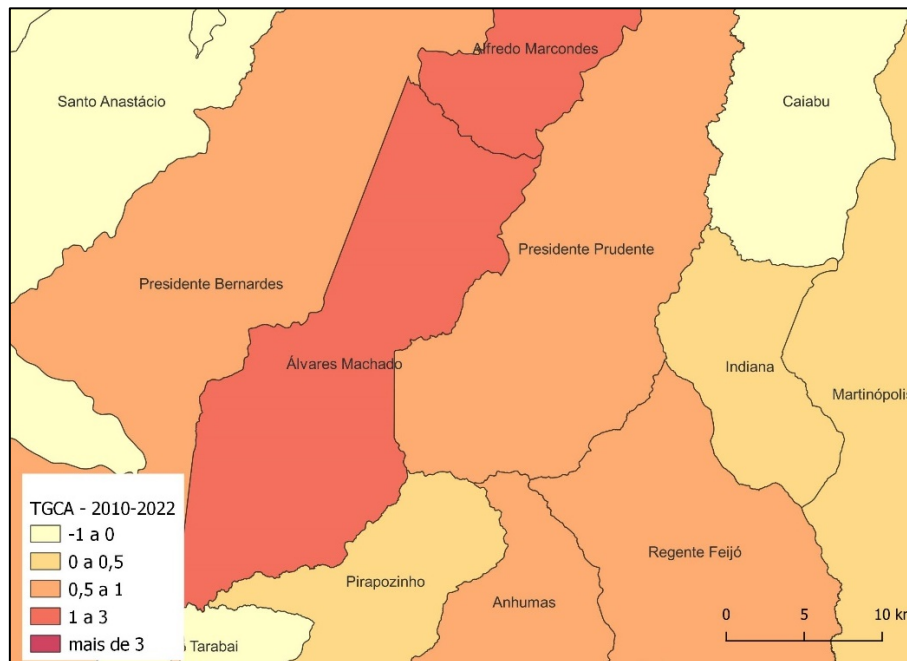
Estas dinâmicas merecem uma análise aprofundada e mais precisa, inclusive dimensionando os impactos destes empreendimentos na expansão territorial das cidades. Tais constatações não implicam, necessariamente, na superação do núcleo principal da aglomeração pelos municípios do entorno. O centro principal, a cidade média, mantém-se como núcleo predominante, em virtude de sua proeminência significativa em comparação aos demais centros urbanos que compõem estas aglomerações. Se retomarmos os dados do Quadro 1, nota-se que embora tenha havido uma pequena queda na concentração da população, bem como nos menores ritmos de incremento demográfico no núcleo da aglomeração, os percentuais compreendidos pela cidade principal ainda são muito elevados, variando de 60 a 72%.

Figura 5. *Maringá-PR: taxa geométrica de crescimento anual (2010-2022)*



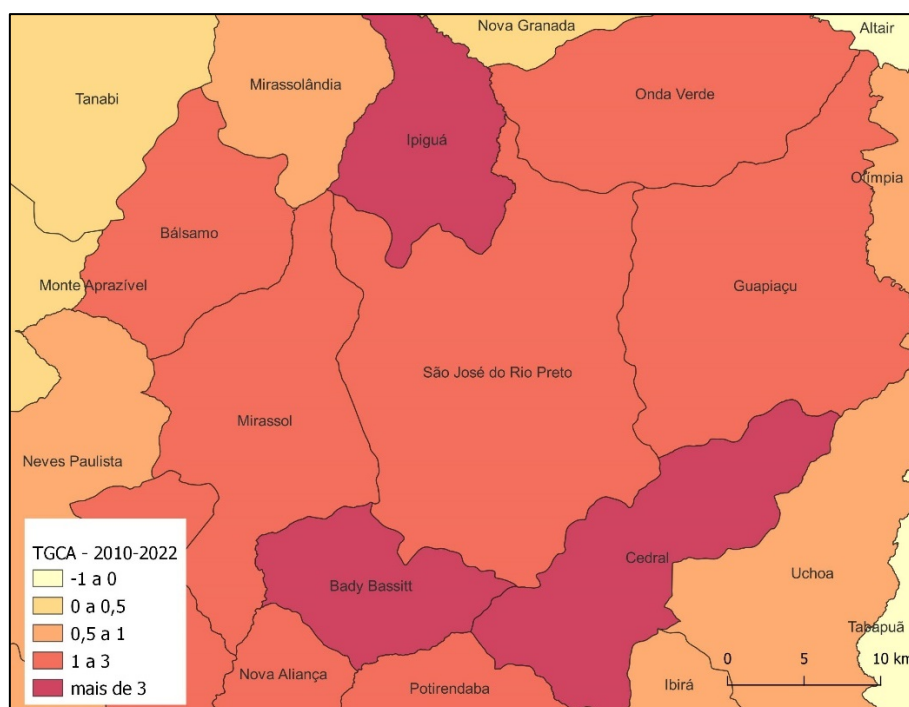
Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2010, 2023).

Figura 6. *Presidente Prudente-SP: taxa geométrica de crescimento anual (2010-2022)*



Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2010, 2023).

Figura 7. São José do Rio Preto-SP: taxa geométrica de crescimento anual (2010-2022)



Fonte: elaboração própria com base em IBGE (2010, 2023).

Quanto ao perfil socioeconômico das áreas que vêm apresentando maior ritmo de aumento populacional, no caso, referente aos municípios do entorno do núcleo principal, há uma variação, envolvendo desde conjuntos habitacionais populares a espaços residenciais fechados de médio e alto padrão. Como este ritmo de crescimento se refere ao último período intercensitário (2010-2022), seria fundamental uma caracterização atualizada a partir dos resultados do Censo Demográfico de 2022. No entanto, infelizmente o IBGE ainda não divulgou alguns dados relevantes, como, por exemplo, aqueles referentes à renda da população por setores censitários para o ano de 2022, o que inviabiliza uma análise mais detalhada neste momento. Ainda assim, conforme mencionado anteriormente, a presença de determinados empreendimentos imobiliários já aponta para certas tendências, como nos casos dos espaços residenciais fechados (por exemplo, em Álvares Machado e Bady Bassitt) e conjuntos habitacionais (em Sarandí). Vale lembrar também que alguns estudos e pesquisas têm sido desenvolvidos no sentido de investigar estes cenários, tais como aqueles desenvolvidos no âmbito do projeto “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas – FragUrb” que, por meio do desenvolvimento de diferentes procedimentos metodológicos, como entrevistas com os moradores (Góes et al., 2022) e percursos (Jesus et al., 2022), tem apresentado resultados relevantes. Apesar do projeto mencionado tenha dado foco no estudo do processo de fragmentação socioespacial em um conjunto de cidades brasileiras, duas cidades médias (Maringá e Presidente Prudente) se destacaram no âmbito do processo de aglomeração urbana, uma vez que certas dinâmicas ultrapassam a escala intraurbana. São os casos, por exemplo, dos estudos de Silva (2023) e Catelan et al., in press), que abordam as realidades referentes à Presidente Prudente e Maringá. Trata-se de estudos relevantes que já apresentam aspectos importantes para a compreensão das dinâmicas em curso nestas aglomerações urbanas.

Além disso, à medida que novos dados forem divulgados pelo IBGE, pretendemos avançar nas análises e aprofundar quanto à caracterização socioeconômica das áreas em estudo, bem como estabelecer possíveis comparações entre o período intercensitário de 2010 a 2022.

De qualquer forma, consideramos que as informações apresentadas neste texto, ainda que introdutórias, trazem elementos importantes para o estudo das cidades médias que configuram aglomerações urbanas. Cada vez mais torna-se fundamental e necessário considerar o conjunto de áreas urbanas que apresentam

continuidade territorial e espacial com a cidade média para a compreensão de seus papéis e funções na rede urbana, como também as dinâmicas de estruturação da cidade (que, neste caso, passa a ocorrer numa escala mais ampla e que vai além dos limites político-administrativos). Conforme destacado por Corrêa (2007), esse recorte territorial, no qual se observa a intensificação de determinados processos, como a continuidade territorial das áreas urbanas e a forte integração por meio de interações espaciais, não abrange a totalidade da rede urbana. No entanto, ultrapassa a escala intraurbana, posicionando-se em uma escala intermediária que se revela crucial para os estudos urbanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de aglomeração urbana, caracterizado pela articulação de centros urbanos por meio da continuidade territorial das áreas urbanas e/ou continuidade espacial por meio dos fluxos, não se constitui em um fenômeno novo. Trata-se de uma dinâmica presente em muitas grandes cidades e metrópoles. Neste texto, destacamos o processo de aglomeração urbana para as realidades não-metropolitanas, contemplando três cidades médias, destacando, portanto, que tal processo também se faz presente em diferentes estratos da rede urbana brasileira.

Do ponto de vista da continuidade espacial, as interações espaciais, sobretudo os deslocamentos pendulares, articulam e integram fortemente as áreas urbanas de diferentes municípios. Estes deslocamentos, em sua maioria, partem das cidades menores em direção à cidade principal, núcleo da aglomeração.

No entanto, mais recentemente, tem-se verificado também, ainda que de maneira moderada, uma tendência de crescimento das áreas urbanas dos municípios situados no entorno imediato das cidades principais. No caso das três cidades analisadas, esta tendência foi elucidada a partir do ritmo de incremento demográfico da população, uma vez que se constatou um ritmo maior nos municípios situados no entorno imediato do núcleo principal. Além disso, alguns estudos têm demonstrado algumas dinâmicas da produção do espaço urbano que reforçam esta tendência, como a implantação de empreendimentos residenciais, sejam populares ou de médio e alto padrão, nos municípios vizinhos ao núcleo da aglomeração.

Sendo assim, estas três cidades médias aqui analisadas demonstram a complexidade do processo de aglomeração urbana diante das transformações em curso. Embora o núcleo principal se mantenha preeminente, dada a diferença quanto ao tamanho demográfico bem como as funções urbanas que desempenha, os demais municípios do entorno têm passado por um crescimento cada vez maior.

Tendo em vista estes aspectos, consideramos importante aprofundar as análises a respeito destas três aglomerações urbanas, ou ainda, em outros casos semelhantes, mas também ampliar as discussões a respeito da necessidade da articulação de escalas, considerando-se, por exemplo, o recorte da aglomeração e não a cidade de maneira isolada, inclusive no debate a respeito da construção teórica e conceitual sobre cidades médias.



Agradecimientos: O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (Processos nº 409691/2021-6 e nº 315474/2021-1) e da FAPEMIG, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Processo APQ-03169-18).

Declaração responsável: O autor declara que não existe conflito de interesses em relação à publicação deste artigo.

5. REFERÊNCIAS

- Beajeu-Garnier, J., & Chabot, G. (1970). *Tratado de geografia urbana*. Vicens-Vives.
- Catelan, M.J.V., Novack, P.N., Sposito, E.S., & Matsutame, T.N. (2025). As cidades se encontram. Conurbação, periferia e mobilidade urbana. En E.S. Sposito (Ed.), *Estruturas espaciais em tensão: da cidade centro-periférica à cidade fragmentada* (pp. 246-286). Editora Consequência.
- Corrêa, R.L. (2007). Perspectivas da urbanização brasileira - uma visão geográfica para o futuro próximo. Em *X Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Florianópolis 29 de outubro a 2 de novembro* (pp. 1-12). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Deffontaines, P. (2004). Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. *Cidades*, 1(1), 119-146. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12534>
- Góes, E.M, Sposito, M.E.B., Milani, P.H., Catalão, I., Magrini, M.A.O., Santos, R.R., & Souza, M.V.M. (2022). Entrevistas com cidadãos: perspectivas para a análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária. En E.M. Góes & E.S. Melazzo (Eds.), *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização* (pp. 71-122). Editora Consequência.
- IBGE (2016). *Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil*. IBGE.
- IBGE (2019). *Áreas urbanizadas*. IBGE.
- Jorge, M. A. (2023, 7 de julho). Expansão de cidades médias é destaque no Censo 2022. *Jornal da Unesp*. Universidade Estadual Paulista. <https://jornal.unesp.br/2023/07/07/expansao-de-cidades-medias-e-destaque-no-censo-2022/#:~:text=Everaldo%20Melazzo%3A%20Dois%20dados%20relacionados,de%20domic%C3%A9lios%20permanentes%20cresceu%2034%25>.
- Jesus, P.M., Catelan, M.J.V., & Calixto, M.J.M.S. (2022). Percursos acompanhados casa-trabalho-casa. Perspectivas e construção metodológica. En E.M. Góes & E.S. Melazzo (Eds.), *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização* (pp. 149-172). Editora Consequência.
- Lévy, J., & Lussault, M. (2003). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Belin.
- Merlin, P., & Choay, F. (1988). *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Presses Universitaires de France.
- Melazzo, E.S. (2023, 7 de julho). Expansão de cidades médias é destaque no Censo 2022. Entrevista concedida a Marcos do Amaral Jorge. *Jornal da Unesp*. Universidade Estadual Paulista. <https://jornal.unesp.br/2023/07/07/expansao-de-cidades-medias-e-destaque-no-censo-2022/#:~:text=Everaldo%20Melazzo%3A%20Dois%20dados%20relacionados,de%20domic%C3%A9lios%20permanentes%20cresceu%2034%25>.
- Miyazaki, V.K. (2017). Aglomeração urbana. En E.S. Sposito. (Coord.), *Glossário de Geografia Humana e Econômica* (pp.9-21). Editora Unesp.
- Miyazaki, V.K. (2008). *Um estudo sobre o processo de aglomeração urbana: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente). <https://repositorio.unesp.br/items/8fdd7361-65e7-4f00-9565-24b3feb64fe5>
- Miyazaki, V.K., & Whitacker, A. M. (2005). O processo de aglomeração urbana: um estudo sobre Presidente Prudente e Álvares Machado no estado de São Paulo, Brasil. *Scripta Nova*, IX(194). <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-110.htm>
- Rodrigues, J., & Ribeiro, L.C.Q. (2022, 6 de julho). *Distribuição da população brasileira segundo o Censo 2022: desmistificando o esvaziamento das metrópoles*. Observatório das Metrópoles. <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/distribuicao-da-populacao-brasileira-segundo-o-censo-2022-desmistificando-o-esvaziamento-das-metropoles>
- Santos, M. (1996). *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. Hucitec.

- Silva, B.F., & Silva, R.D. (2015). A produção do PMCMV no Brasil e os impactos socioespaciais. O caso do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu no Paraná. *XVI Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte 18 a 22 de maio* (pp. 1-16). Anpur.
- Silva, L.Y.W. (2023). Dispersão da cidade e os espaços residenciais fechados: o processo de aglomeração urbana entre Presidente Prudente/SP e Álvares Machado/SP. *Boletim de Geografia*, 40. <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v40.a2022.e63092>
- Souza, M.L. (2003). *Abc do desenvolvimento urbano*. Bertrand Brasil.
- Sposito, M.E.B. (2001). As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. En M.E.B. Sposito (Coord.), *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Gasperr/Unesp.
- Sposito, M.E.B. (2004). *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo* (Tese de Livre Docência, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente).
- Ultramari, C., & Moura, R. (1994). *Metrópole. Grande Curitiba: teoria e prática*. Ipardes.
- Villaça, F. (2001). *Espaço intra-urbano no Brasil*. Nobel.
- Villaça, F. (2003). Um ângulo de síntese: a análise do espaço. Em M.F. Gonçalves, C.A. Brandão & A.C.F. Galvão (Eds.), *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. Editora Unesp/Anpur.